

Recebimento: 22/07/2021

Aceite: 12/08/2021

GRUPOS DE INTERESSE NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL/RS¹

INTEREST GROUPS IN DOMESTIC SOLID WASTE MANAGEMENT IN THE MUNICIPALITY OF SANTA CRUZ DO SUL/RS

Luiz Fernando Hofmeister²

Silvio Cezar Arend³

Resumo

O presente artigo analisou de que forma se constroem os diferentes grupos de interesses entre os agentes públicos e privados na gestão dos resíduos sólidos domésticos em Santa Cruz do Sul/RS. Procurou-se analisar como os grupos de interesse e os grupos de pressão interferem nas políticas ambientais, sobretudo no gerenciamento dos resíduos sólidos domésticos (RSD). Foram aplicadas entrevistas a diferentes atores envolvidos no tema, assim como a pesquisa bibliográfica, documental e a observação não participante. Encontraram-se evidências de que existem relações de grupos de interesses na gestão dos resíduos sólidos domésticos (RSD) do município com a administração pública em virtude dos altos valores pagos anualmente para as empresas licitadas e contratadas.

Palavras-chave: Grupos de interesses. Políticas públicas ambientais. Resíduos sólidos domésticos. Desenvolvimento Regional.

Abstract

This article analyzed how the different interest groups are built between public and private agents in the management of domestic solid waste in Santa Cruz do Sul/RS. We tried to analyze how interest groups and pressure groups interfere in environmental policies, especially in the management of domestic solid waste (DSW). Interviews were applied to different actors involved in the theme, as well as bibliographic and documentary research and non-participant observation. Evidence was found that there are relationship between interest groups in the management of domestic solid waste (DSW) in the municipality and the public administration due to the high amounts annually paid to the companies that are bid and contracted for.

Keywords: Interest groups. Environmental public policies. Domestic solid waste. Regional development.

¹ O artigo foi submetido, apresentado e consta nos anais do V Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade (SEDRES), realizado entre os dias 24 a 26 de março de 2021.

² Doutor em Desenvolvimento Regional (UNISC), Santa Cruz do Sul – RS, Brasil. E-mail: hofmeister008@yahoo.com.br

³ Doutor em Economia (UFRGS). Professor da Universidade Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul – RS, Brasil. E-mail: silvio@unisc.br

Introdução

A interdependência entre a produção desenfreada, o consumismo e o excesso de resíduos sólidos urbanos (RSU), tem causado grandes impactos na sociedade, sobretudo nas cidades. Mesmo com a Declaração de Estocolmo (1972), o Clube de Roma (1972) e a Eco-92, além de outros eventos de caráter mundiais, ainda se faz necessário a civilização ocidental atentar mais para as preocupações ambientais em virtudes das consequências sentidas com os excessos de resíduos descartados de maneira inconsequente. Segundo Carson (1962), a humanidade constantemente preocupa-se com diversos e diferentes espécies de riscos e perigos que podem afetar a sustentabilidade e o meio ambiente. Esses riscos foram criados e introduzidos no planeta, à medida que a humanidade foi evoluindo e desenvolvendo seu estilo de vida. Os problemas ambientais são diversos, incluindo diferentes formas de radiações, embalagens e substâncias venenosas. O homem, nesse sentido, por mais que goste de pensar ou pretender o contrário, não pode fugir das responsabilidades, pois faz parte da natureza. Este afetando o Meio Ambiente, também estará afetando a si mesmo.

Para Hawken (2007), a produtividade dos recursos não deveria se limitar a economizar mais recursos e valor monetário, mas, sim visar também a melhoria da qualidade de vida. Não distante, inevitavelmente, as corporações redesenharão tudo o que fazem atualmente para participarem de uma transformação na produtividade. Quando os países se encontraram no Brasil na Eco 92 a fim de discutir o meio ambiente e o desenvolvimento humano, alguns acordos e tratados mostraram-se polêmicos, pois davam a impressão de dúvidas da capacidade de desenvolvimento dos países não industrializados.

A partir da segunda metade do século XX, os problemas de ordem ambiental agravaram-se e a preocupação em evitar apropriação inadequada de recursos e também em protegê-los passou a integrar o rol das conversas, agendas e debates governamentais e das demandas sociais. Porém, a grande dificuldade é que as leis em vigor, as pautas que entram nas agendas governamentais ainda têm pouca efetividade diante do que seria o esperado para a proteção ambiental e os cuidados com o meio ambiente. As grandes corporações ainda dominam o mercado mundial e conseguem manter e controlar os seus interesses corporativos, inclusive compondo grupos de interesses frente às políticas públicas ambientais em todas as suas etapas, da agenda até a implantação (CAVALCANTE, 2014).

Neste aspecto, o presente artigo visou analisar e compreender como no município de Santa Cruz do Sul/RS são formados os grupos de interesses na gestão dos resíduos sólidos domésticos e também como estes grupos agem e articulam-se entre si e para com os demais atores envolvidos nas arenas de disputa. Assim, estes grupos de interesses atuam estrategicamente para obter mais informações privilegiadas e antecipadas sobre a formulação de políticas públicas e de conseguir ganhos financeiros no que tange as licitações e os contratos públicos em relação a gestão dos resíduos sólidos domésticos locais. Para o Desenvolvimento Regional é fundamental compreender como funciona esse fenômeno que ocasiona um sério problema social levando em conta os altos gastos nas operações ambientais do município e também por se tratarem de recursos financeiros públicos. Também entender como nas arenas de disputa funcionam as articulações a fim de obter as informações privilegiadas e das relações de poder entre os diferentes atores públicos, privados e políticos para com os grupos de interesses.

É necessário entender essas relações e dinâmicas de interesses que acontecem no território local e nas arenas de poder visando ganhos financeiros dos grupos de interesses e compreender também como as políticas públicas servem de plataforma de base para as ações diretas e indiretas destes grupos para conseguirem ganhar os certames das licitações e dos contratos públicos que são pagos com os recursos financeiros públicos provenientes da sociedade civil. O objeto do presente artigo foi o município de Santa Cruz do Sul/RS localizado na região central do Estado do Rio Grande do Sul/RS a uma distância de 153 km da capital Porto Alegre/RS. Na sua microrregião, pertence ao Vale do Rio Pardo, que se constitui de 23 municípios, dentre os quais, possui a maior economia e desenvolvimento. A sua economia baseia-se nas indústrias do setor fumageiro nacionais e internacionais, comércio, serviços e também conta também com diversas empresas de logística. O município de Santa Cruz do Sul/RS, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conta com aproximadamente 130.416 habitantes (2020), uma área de 733,473 km² e possui o oitavo PIB do Estado.

O município aprovou o seu primeiro Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos em 2013, justamente três anos após a promulgação da Política Nacional de Resíduos Sólidos de 2010. No ano

de 2018, o Plano foi reformulado e novamente lançado pela Prefeitura Municipal e pela Secretaria do Meio Ambiente, Saneamento e Sustentabilidade (SMMASS). O município também conta com um Manual de Contextualização sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos (2017), que conceitua, na Lei 12.305/2010 em seu artigo 13, os resíduos sólidos urbanos (RSU) como os provenientes de diversas fontes, tais como os resíduos das indústrias, do comércio, dos resíduos perigosos das atividades químicas, dos resíduos provenientes das áreas de saúde, das atividades agrícolas como os frascos de venenos e defensivos, e também os resíduos sólidos domésticos (RSD), provenientes das atividades em residências urbanas e também das residências na zona rural (resíduos domiciliares), como restos de alimentos, restos de diversos artigos do lar que são descartados, roupas, papéis, tecidos, resíduos provenientes da varrição, de limpezas e também das podas domiciliares.

O município conta com três empresas licitadas e contratadas para efetuar as operações ambientais no que tange o gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos, dentre eles os resíduos sólidos domiciliares. Neste aspecto as empresas que efetuam essas operações atuam há anos nas operações locais.

Grupos de interesses e políticas públicas

Muitos grupos empresariais visam as políticas públicas como uma porta de entrada para ganhar os certames de licitações e contratos e em alguns casos interferem diretamente apoiando grupos políticos através de doações de campanhas eleitorais a fim de receber benefícios posteriores. Os grupos de interesses atuam nos territórios e nas políticas públicas com as suas estratégias de poder visando a obtenção de ganhos financeiros, e também como interação com os outros importantes atores envolvidos nestes cenários. Esses jogos de poder e de informações privilegiadas ocasionam um sério problema social, principalmente quando os recursos públicos financeiros são destinados a privilégios de grupos e empresas privadas. Para Meier e Nedelman (1979), a função a ser exercida pelos distintos grupos de interesses, não estaria estabelecida de maneira evidente. Tal fator dependeria, de maneira predominante, dos atores que definem a interação a ser exercida (grupos de interesses e Estado) e também pela maneira de persuasão através da qual os diversos atores definem a situação em que esta interação ocorre.

Marques (2006) explica que as redes de interesses que visam às políticas públicas permanecem em constante transformação e que as suas posições se alternam conforme as suas expectativas, anseios e alianças. Neste aspecto, surgem três atores públicos fundamentais para tais articulações e transformações, quais sejam: os demandantes das políticas públicas, os políticos e as empresas privadas. Assim que os grupos de interesses são constituídos com vistas a interesses e ganhos através de determinadas políticas públicas, estes alinham-se com os políticos que são detentores do poder institucional e, juntos, articulam-se a fim de obterem mais poder e lucros financeiros.

Mas não se pode entender a mecânica e as diretrizes dos grupos de interesse ou de pressão, sem entender inicialmente a natureza de seus participantes, atores governamentais, funcionários públicos de altos cargos, agentes financeiros, lobistas, empresários, etc. Vários autores clássicos e pensadores do tema, como o pioneiro Bentley (1908), acreditam que os indivíduos e seus interesses individuais fazem com que haja uma aproximação e afinidades em grupos. A partir destas afinidades individuais é que se forma o interesse coletivo, pois a essência central da formação dos grupos de interesses e de pressão é a resultante destas dinâmicas, interações e os seus processos articulados. Estes grupos trabalham em conjunto com alguns setores estratégicos governamentais que lhes repassam muitas vezes informações privilegiadas quando na formação de políticas públicas que lhes agradam ou também vetando quando não lhes agrada.

Nesse contexto, para Brancalion *et al* (2015), as políticas públicas podem ser entendidas conceitualmente de forma abstrata, pois necessita-se de um determinado esforço intelectual para torná-las concretas e palpáveis. As políticas públicas tomam forma por meio de projetos, programas públicos, leis, campanhas publicitárias, esclarecimentos públicos, decisões judiciais, gasto público direto, inovações tecnológicas, rotinas administrativas, entre outros. As políticas públicas podem ser subdivididas em: distributivas, redistributivas, regulatórias e constitutivas. O seu processo e ciclo consiste em cinco atividades essenciais que são a definição de agenda, a sua formulação a tomada de decisões, a implementação efetiva e a final avaliação. As concepções das cinco fases nem sempre ocorrem de forma linear, mas sim, muitas vezes, de maneira discreta, de forma que determinados grupos de interesses podem articular-se ou não, e os gestores públicos também podem alcançar determinados objetivos e metas.

De acordo com Tronco (2018), as políticas públicas possuem quatro importantes fases iniciais que são divididas em políticas, planos, programas e projetos. A política é a ideia principal e conceitual que vai dar fundamentação ao processo de planejamento. A política faz sentido e nasce na esfera social quando um determinado governo anuncia que irá agir ou intervir sobre um determinado tema social, propondo ações, objetivos, orçamentos e as estratégias são especificadas nos planos. O plano é o fruto e a consequência de estudos e negociações, ou seja, são criados documentos e relatórios que possuem as estratégias para atingir os fins das políticas públicas. Envolve, geralmente, o diagnóstico a partir das principais informações, o estado atual e propostas de intervenção com objetivo principal, objetivos secundários, estratégias para conseguir realizar as metas e programas para serem implementados. O programa é o conjunto de dados e informações acerca de como a política pública funcionará e será operacionalizada. Todos os programas contêm orçamentos para custeio, metas, objetivos e indicadores para monitorar a sua implementação. Por último, o projeto que contém soluções específicas para um determinado problema, denominada muitas vezes de produto. Todo projeto tem um plano de ação, data para findar, ou seja, observa-se como o produto é gerado e constituído. Caso seja um projeto de continuidade, que se estenda, é denominado de atividade.

Secchi (2014) afirma que as políticas públicas são compostas de diversos atores que podem agir pelos interesses comuns entre um determinado grupo ou de forma isolada. As arenas de disputa são cenários de atividades decisórias constantes e também de muitos conflitos. Os políticos são atores neste processo de formulação e de decisão sobre as políticas públicas, podendo articular estratégias de defesa ou de coalizão dentro de cargos investidos no Legislativo ou Executivo. Também, suas ações possuem legalidade e legitimidade para fazerem-nas cumprir sua função social. E ainda possuem diversas fases, dentre elas, a agenda que representa a parte inicial, em que serão trazidos os temas e também debatidos na esfera pública perante diversos atores e grupos de pressão. Posteriormente, tem o período de formulação das estratégias, e logo após, ocorre a implementação, em que as políticas públicas são colocadas em prática e direcionadas aos públicos alvos, no contexto social, com intuito de garantir o bem-estar à sociedade. Por último a avaliação, período em que serão analisados e verificados os resultados da implementação em comparação com as formulações especificadas no início do processo de planejamento estratégico das mesmas (LOTTA, 2008).

A gestão dos resíduos sólidos domésticos do município de Santa Cruz do Sul/RS

Para Barbieri (2011), o ser humano e a sociedade extraem recursos do meio ambiente para a sua subsistência, mas devolvem somente as sobras e de forma irresponsável. Na natureza, as sobras de organismos vivos se decompõem e são absorvidas por outros seres vivos, sem perdas onde tudo se transforma e tudo se reaproveita. Porém, o mesmo não vale para as atividades humanas, em que o resultante das suas atividades é a degradação e a poluição. Neste aspecto, poluir é sujar, é contaminar, é degradar, é destruir e corromper, e o poluente pode ser qualquer forma de energia ou materiais que produzem impactos ao meio ambiente e causando mudanças nas suas propriedades físico-químicas. Muitos países que ostentam uma qualidade de vida fundamentada no poder de compra e de extremo consumo, vivendo com elevados índices de aquisição por famílias, dependem de recursos de outros países mais pobres para nutrir essa cadeia. Em virtude dessa relação e a diferença entre os padrões de vida gerou-se com o passar das décadas, de forma cada vez mais evidente, diversos problemas socioambientais. As famílias que possuem médio e alto poder aquisitivo consomem mais em relação as famílias mais pobres, e em consequência disso o descarte também ocorre em grandes volumes, ou seja, gerando os resíduos sólidos domiciliares.

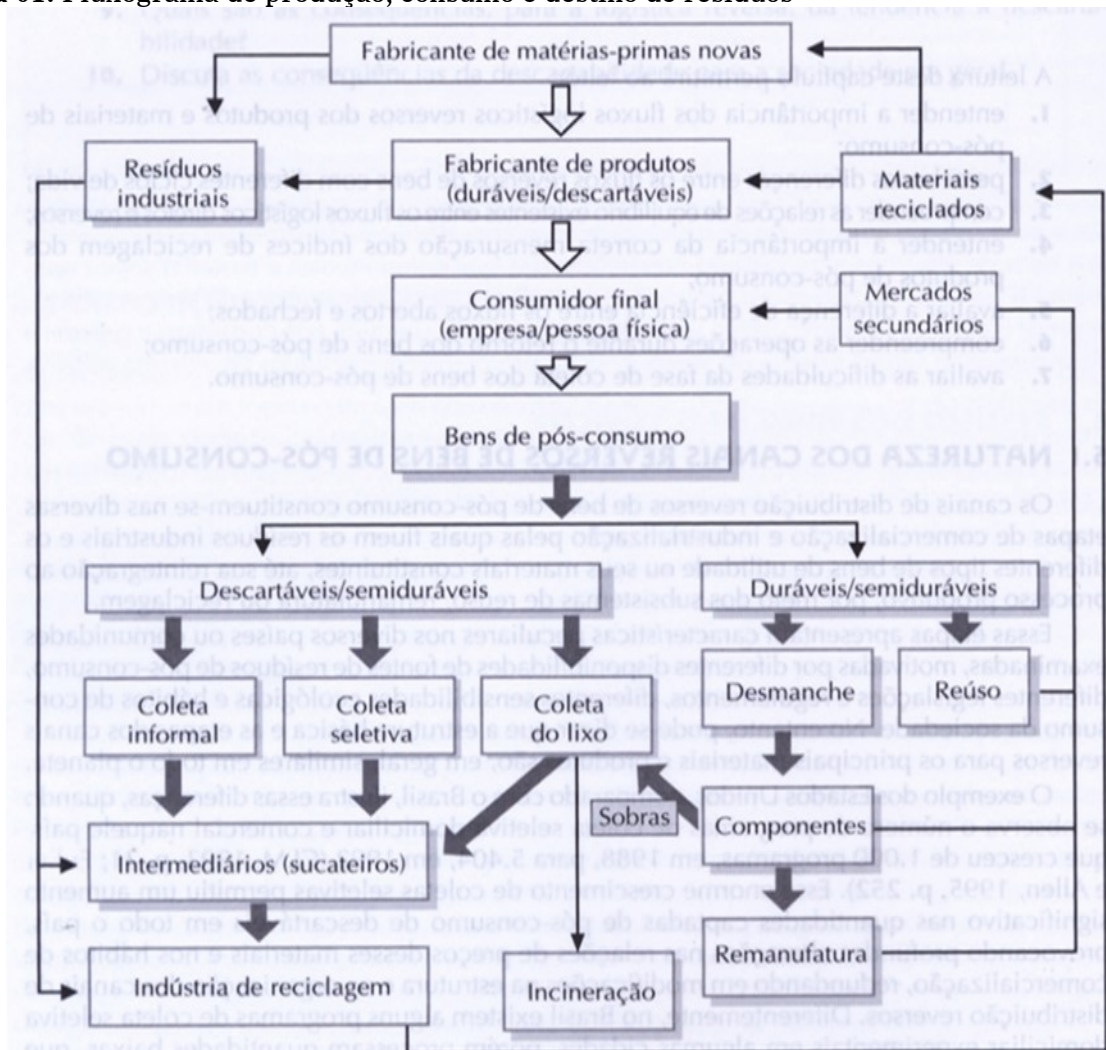
O descarte dos resíduos sólidos domiciliares (RSD) aumentou e muito com o passar dos anos, sobretudo, os produtos manufaturados passaram a ser encontrados cada vez mais no lixo das famílias. Criou-se uma mentalidade de que muitos produtos são mais fáceis de descartar do que consertar. A união e combinação da dificuldade da sociedade em consertar objetos e assim descartá-los com mais facilidade, faz com que o lixo seja repleto de coisas e objetos perfeitamente úteis e que com um pouco de esforço poderiam novamente entrar em funcionamento e não necessariamente serem descartados (LEONARD, 2011).

Alguns materiais descartados são mais perigosos e tóxicos como frascos aerossóis de venenos para insetos, baterias, pilhas, restos de medicamentos, lâmpadas fluorescentes, tintas e solventes, óleos, entre outros. Neste aspecto a PNRS reúne um conjunto de ações, diretrizes, normativas e responsabilidades a respeito do tema. Os resíduos sólidos domésticos são gerados em grandes volumes nos espaços urbanos e sobre estes deve ser incentivado à redução do consumo em excesso,

a reutilização, a reciclagem, a correta triagem, o tratamento eficaz de resíduos sólidos e a correta disposição final dos rejeitos em aterros sanitários licenciados (BARTHOLOMEU e CAIXETA-FILHO, 2011).

Neste sentido, Leite (2009, p. 50), retrata os canais de distribuição de pós-consumo direto e reversos, onde percebe-se as diversas operações e os possíveis destinos diferentes que os resíduos estão submetidos em relação à reciclagem, reutilização, reuso, remanufaturas, incineração, disposição final, etc.

Figura 01: Fluxograma de produção, consumo e destino de resíduos



Fonte: LEITE (2009, p. 50)

O município objeto da pesquisa, Santa Cruz do Sul/RS, apresenta variados problemas conforme foi constatado nas respostas das entrevistas aplicadas e também conforme a observação não participante do pesquisador. Também estes variados problemas foram percebidos na análise documental a respeito dos contratos ambientais locais, nas licitações e das leis vigentes sobre o tema. Na gestão dos resíduos sólidos urbanos e, neste contexto, como consequência natural, também se enquadram os resíduos sólidos domésticos. Os problemas mais expressivos encontrados nas respostas das entrevistas, na observação não participante e na análise documental tratam dos altos valores que são destinados às operações da gestão dos resíduos sólidos do município, dos containers verdes que estão distribuídos nas ruas por empresa contratada, a fim de receberem os resíduos orgânicos, da falta de mais conscientização ambiental da população no momento.

A coleta de dados para responder a problemática da pesquisa fundamentou-se na aplicação de 16 questionários estruturados na forma de formulários para diferentes entrevistados que representam o poder público municipal, dentre os quais estão ex-prefeitos, vereadores da situação e da oposição ao governo municipal, Secretaria de Meio Ambiente, Saneamento e Sustentabilidade (SMMASS), o procurador do município, os servidores municipais envolvidos nas funções de

gerenciamento dos resíduos sólidos, contratos, licitações, as empresas privadas contratadas e licitadas, entre outros. O critério adotado nas questões dos formulários envolveu perguntas feitas de forma específica para cada função exercida na gestão pública ou para os empresários que possuem os contratos/licitações com o município. As questões elaboradas envolveram uma análise e a percepção dos entrevistados sobre a atual situação da gestão ambiental do município, pontos positivos e fragilidades nos processos da legislação ambiental vigente e das operações ambientais locais.

Realizaram-se assim vistas e análise aos documentos, contratos de licitações e Leis, fornecidos pela Câmara de Vereadores e pelas empresas que detêm os contratos de licitação para prestar serviços de gestão ambiental dos resíduos sólidos domésticos ao município. Foi analisada, ainda, a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS), o Estatuto da Cidade e os dois Planos Municipais de Gestão dos Resíduos Sólidos, com a finalidade de compreender as dinâmicas e as legislações pertinentes ao tema pesquisado. Também, através de visita e aplicação de questionário, quis-se compreender como funciona a rotina de triagem dos cooperados, as demais operações, fluxos de transbordo de rejeitos e as responsabilidades da Cooperativa de Catadores e Recicladores (COOMCAT) – uma importante ferramenta no município a fim de colaborar na gestão dos resíduos sólidos urbanos.

Analisou-se ainda como funcionam a gestão e o gerenciamento dos resíduos sólidos no município de Santa Cruz do Sul/RS, questionando as operações junto a Usina de triagem, a relação com as Cooperativas de catadores, a disposição final dos rejeitos nos aterros sanitários licenciados, entendendo os níveis mais críticos em relação ao tema, quais as oportunidades de melhorias envolvidas e como funciona a execução do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (cuja primeira versão é de 2013 e a mais recente de 2018) em relação às empresas terceirizadas e à criação de grupos de interesses, uma vez que os maiores valores investidos para a resolução da problemática em questão são desprendidos pelas pastas das Secretarias Municipais de Meio Ambiente.

Os documentos pesquisados foram adquiridos junto ao poder público municipal através da secretaria da Câmara de Vereadores, da Procuradoria Geral do município, da Secretaria de Meio Ambiente, Saneamento e Sustentabilidades (SEMSS), das empresas licitadas que mostraram os seus respectivos contratos. O site do governo federal foi usado como fonte para pesquisar a Constituição Federal, o Estatuto da Cidade, a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS), enquanto o site do Governo Estadual foi utilizado para pesquisar o Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Rio Grande do Sul 2015-2034 (PERS/RS).

No site da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul/RS foram pesquisados os Planos Municipais de Gestão de Resíduos Sólidos (PMGRS/SCS), sendo que o primeiro plano foi criado em 2013 (atualmente possui apenas cópia física, pois foi atualizado para a versão mais recente no ano de 2018). Todos os documentos pesquisados para a tese foram acessados entre os períodos de julho de 2019 e junho de 2020.

No site do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul/RS foi possível consultar o Manual de Orientação Técnica de Serviços de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares, onde constam as normas de projeto, contratação e fiscalização lançadas em 2019 para as empresas licitadas seguirem. Também foram analisados os termos de contratos de licitações das três empresas que atualmente operam no gerenciamento de resíduos sólidos do município. Estes termos possuem estruturas semelhantes, pois seguem um modelo adotado pelo município para atender aos requisitos da Lei Federal nº 8.666, ou seja, apresentam as devidas informações que são públicas, obedecendo ao critério da transparência e também da fiscalização do Tribunal de Contas da União.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de abril e maio de 2020, com 16 atores estratégicos no tema pesquisado. Para a amostragem selecionada foi usado o critério de entrevistar atores políticos presentes no contexto atual e no passado, isto é, atores políticos que atuaram no período de aprovação de algumas licitações, leis e projetos, servidores do município que estavam presentes nas aprovações das licitações e participaram das aprovações dos dois Planos Municipais de Gestão dos Resíduos Sólidos. Também foram entrevistados a responsável (presidente) pela Cooperativa de Catadores e Recicladores do município (Coomcat), um especialista e pesquisador sobre a respectiva Cooperativa, o procurador do município e funcionários das três empresas que são licitadas atualmente e detêm os contratos das operações do gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos do município.

Conclusões

Um dos principais problemas encontrados foi em relação a administração de operações dos containers verdes que estão localizados nas ruas do município. Além dos resíduos que são jogados do lado de fora por catadores clandestinos que o Poder Público local não tem controle, ainda têm o odor ruim que fica pelas ruas, gerando reclamações da população em geral. Como grande parte da população não faz o uso correto dos containers para depositar os resíduos orgânicos e colocam outros resíduos recicláveis dentro, os catadores clandestinos acabam entrando nos containers para fazer uma perigosa separação. Ao fazer isso sem o devido cuidado e proteção de equipamentos, eles estão suscetíveis a diversas patologias, inalação de gases, etc.

A Prefeitura Municipal explicou que possui 320 containers espalhados pela área central e que contará com inspeções nestes locais por servidores da Secretaria de Transportes, de Mobilidade Urbana e da Guarda Municipal em rondas de madrugada. Os containers devem ser utilizados apenas para resíduos orgânicos e rejeitos não recicláveis, tais como restos de alimentos, cascas de frutas, erva mate, fraldas descartáveis, papel higiênico, absorventes, entre outros. A população jamais deve colocar vidros, latas, papelão, papéis, rejeitos da construção civil, frascos de venenos, entre outros nestes locais.

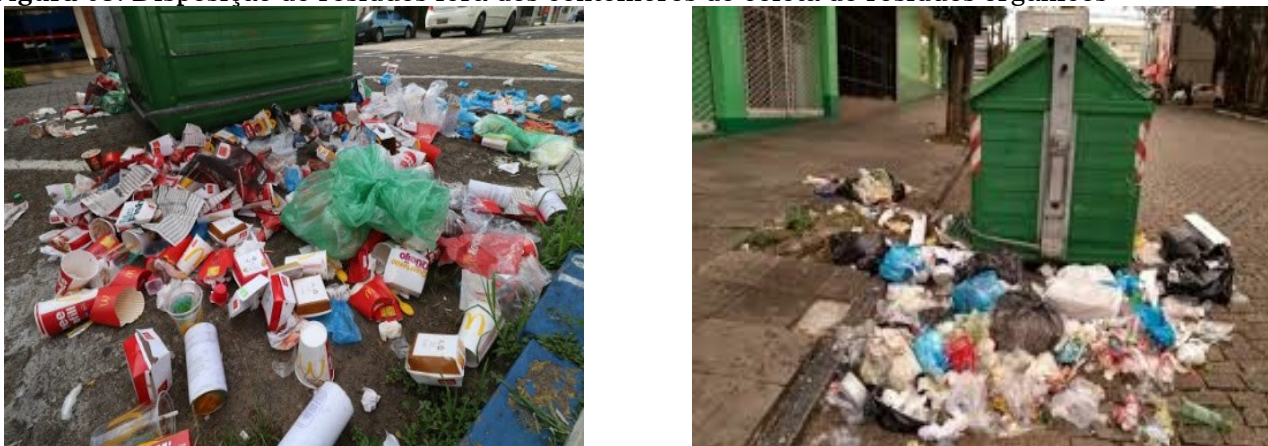
A Cooperativa de Catadores e Recicladores do município (COOMCAT) explicou que são eles os responsáveis pela coleta solidária na área central e em alguns bairros, mas alertou que na cidade existem muitos catadores informais, clandestinos, os quais recolhem apenas o que lhes interessa para comercializar. Na maioria dos casos, eles rasgam as sacolas e deixam o restante espalhado pelo chão conforme as imagens nas figuras 02 e 03 a seguir.

Figura 02: Disposição de resíduos fora dos contêineres de coleta de resíduos orgânicos



Fonte: Registro dos autores (2020)

Figura 03: Disposição de resíduos fora dos contêineres de coleta de resíduos orgânicos



Fonte: Registro dos autores (2020)

Outro problema que remete à falta de fiscalização diz respeito ao setor de construção civil e aos problemas que o município possui em seu Plano Diretor permissivo e de pouca responsabilidade

ambiental, pois as áreas de cinturão verde do município estão diminuindo cada vez mais. A fiscalização é feita através de denúncia, quando houver, ou de algum apelo ou notícia por redes sociais, conforme respondeu um dos vereadores do município que foram entrevistados.

As entrevistas surpreenderam pelo fato de a grande maioria dos entrevistados políticos mencionarem que não há praticamente nenhum diálogo com a prefeitura local sobre temas de políticas públicas que resultem em um bem social e ambiental. Desta forma, é possível inferir que ambos os lados vivem isolados, muitas vezes sem concordar no que diz respeito a importantes temas do município, dentre eles as demandas sobre o meio ambiente. Conforme as entrevistas realizadas e a observação não participante, percebe-se que as redes de interesses necessitam de informações privilegiadas que antecedem a alguma licitação ou contrato e que resulte em ganhos financeiros e poder. Neste aspecto, os gabinetes servem em muitos casos para articulações políticas e empresariais, visto que muitas dessas empresas privadas locais também auxiliam financeiramente nas campanhas eleitorais.

Conforme as respostas das entrevistas e das visitas realizadas, percebe-se sim que os grupos de interesses atuam de forma mais intensa nos gabinetes administrativos com agentes políticos e que há indícios que tenham ligações com empresas privadas antes dos certames de contratos e licitações. Em relação ao problema de pesquisa que questiona como se constroem e se articulam os diferentes grupos de interesses entre os agentes públicos e privados na gestão dos resíduos sólidos domésticos do município, as evidências encontradas também apontam para as altas quantidades de resíduos sólidos urbanos que são enviados diariamente para o aterro sanitário, os custos anuais das operações ambientais, enquanto a Cooperativa de Catadores e Recicladores (COOMCAT) do município é subutilizada.

O termo “subutilizada” neste aspecto remete ao poder de triagem da própria Cooperativa, pois esta carece de mais atenção do Poder Público local operando num local com espaço restrito que dificulta a sua performance, os recursos financeiros anuais são baixos comparados ao que se investe nos contratos e licitações das empresas privadas e também em relação a um dos fatores mais importantes, ou seja, da própria Cooperativa qualificar-se ainda mais para treinar e levar informações ambientais sobre a correta coleta seletiva em todos os bairros a fim de diminuir a mistura dos resíduos sólidos domésticos. Uma vez conseguindo tal feito, por consequência natural, aumenta o poder de triagem dos resíduos, diminui a contaminação dos mesmos pela mistura errônea que ocorre nas residências e assim serão transportadas menores quantidades de resíduos ao aterro sanitário, diminuindo os custos ambientais anuais.

No ano de 2017, o município gastou com todas as operações de gestão dos resíduos sólidos urbanos em torno de R\$ 8.957.309,88 e no ano de 2019 foram gastos em torno de R\$ 10.204.306,74. Percebe-se então um crescente passivo financeiro em relação aos gastos municipais com a gestão de resíduos sólidos urbanos e que são resultantes do aumento na geração de resíduos que são encaminhados a destinação final, sobretudo dos resíduos sólidos domésticos. Outra relevante questão é que comparando os gastos anuais acima citados com o investimento que é destinado a Cooperativa de Catadores e Recicladores (COOMCAT), em torno de R\$ 51.055,35 mensais, torna-se outra evidência de que a relação com a Cooperativa necessita de melhorias e de maiores investimentos.

Os maiores gastos são com as empresas privadas e contratadas/licitadas, quando deveríamos ter maiores investimentos na Cooperativa local, a fim de ter maior poder de triagem, gerando mais empregos, mais renda aos cooperados e estes deveriam ainda atuar de forma mais próxima na comunidade local com programas de educação e conscientização ambiental. A própria PNRS propicia que as Cooperativas tenham mais participação nos processos de reciclagem, reaproveitamento de resíduos e nas questões de educação ambiental, então se tornam necessários maiores investimentos neste local, dando mais atribuições e responsabilidades aos profissionais, no que diz respeito aos temas ambientais. Essa ação deve gerar mais integração social, mais postos de trabalho para novos cooperados e mais renda às famílias dos catadores e recicladores. Desta forma, eles poderiam fazer trabalhos mais ativos nos bairros, promovendo mais informações juntos às famílias, de porta em porta, orientando e repassando informações sobre as diferentes classes de resíduos e quais são as corretas destinações finais de cada classe.

Referências

BARBIERI, José Carlos. *Gestão Ambiental Empresarial: Conceitos, Modelos e Instrumentos*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BARTHOLOMEU, Daniela Bacchi; CAIXETA-FILHO, José Vicente. Logística Ambiental de Resíduos Sólidos. São Paulo: Atlas, 2011.

BENTLEY, Arthur F. The Process of Government: A Study of Social Pressures. Chicago: The University of Chicago Press, 1908.

BONETI, L. W. Políticas Públicas por Dentro. Ijuí (RS): Unijuí, 2007.

BRANCALEON, Brigida Batista et al. Políticas Públicas: Conceitos Básicos. Material Didático para Ensino à Distância. USP. 2015.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 5 de Outubro de 1988. 22ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL, Estatuto da Cidade. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

BRASIL. Manual do Ministério do Meio Ambiente. Brasília, DF: Senado Federal, 2017.

BRASIL. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília, DF: Senado Federal, 2010.

CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. Gestão Ambiental: Desafios e Possibilidades. Curitiba: Ed. CRV, 2014.

HAWKEN, Paul; LOVINS, Amory; LOVINS, L. Hunter. Capitalismo Natural: Criando a própria Revolução Industrial. São Paulo: Cultrix, 2007.

LEITE, Paulo Robert. Logística Reversa: Meio Ambiente e Competitividade. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

LEONARD, Annie. A História das Coisas: da natureza ao lixo, o que acontece com tudo que consumimos. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2011.

LOTTA, Gabriela Spanghero. Estilos de Implementação: ampliando o olhar para análise de Políticas Públicas. EnAPG, Salvador, 2008.

MARQUES, Eduardo Cesar. Redes Sociais e Poder no Estado Brasileiro: aprendizados a partir das Políticas Urbanas. RBCS, v. 21, n. 60, fev. 2006.

MEIER, K. G.; NEDELMAN, B. Theories of Contemporary Corporatism Static or Dynamic? In: P. Schmitter e G. Lehmbruch (orgs). London: Sage Publications (1979).

NOGUEIRA, Carolina Flávia de Alvarenga. Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Coleta Seletiva e seus Atores – O Caso do Distrito Federal. Revista Brasileira de Direito, p.106-115, 2014.

RIO GRANDE DO SUL, Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Rio Grande de Sul 2015-2034 (PERS/RS). Disponível em: <http://www.pers.rs.gov.br/arquivos/ENGB-SEMA-PERS-RS-40-Final-rev01.pdf>

SANTA CRUZ DO SUL, Manual de Contextualização sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos em Santa Cruz do Sul. Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul/RS, 2017.

SANTA CRUZ DO SUL, Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos em Santa Cruz do Sul. Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul/RS, 2013.

SANTA CRUZ DO SUL, Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos em Santa Cruz do Sul. Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul/RS, 2018.

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

TRONCO, Giordano B. O Guia de Políticas Públicas para Estudantes e Gestores. 1ª ed. Porto Alegre: Jacarta Produções, 2018.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.